

SAÚDE

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a efetiva participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de saúde, através dos conselhos de controle social em âmbito nacional, estadual e municipal ou conselhos de saúde (ou outra redação: ...na área de saúde, através de representante de cada estado eleito a partir do Fórum de Juventude) ou (outra redação: Garantir e incentivar a participação dos jovens nos conselhos municipal, estadual e nacional de saúde e na elaboração de políticas públicas na área de saúde);
2. Criar ~~Criar~~ Fortalecer programas ~~espaços~~ espaços específicos para atendimento dos jovens nas unidades de saúde e atendimento em horários (horário integral) compatíveis com o trabalho e a escola, garantindo-se unidades móveis de tratamento aos portadores de HIV em estado avançado ou terminal;
3. Enfatizar o trabalho conjunto com a escola e com a família para a prevenção das DST/HIV/AIDS, violência em âmbito geral, direitos sexuais e reprodutivos da maioria dos agravos à saúde dos jovens apoiando as campanhas comunitárias culturais como por ex. grafiteagem nos muros escolares; (há proposta de supressão)
4. Exigir a destinação e aplicação adequada de recursos para subsidiar ações de saúde voltadas à população jovem através dos fundos municipais de saúde ou (outra redação: prevista na LDO); (há proposta de supressão SC)
5. Ampliar programas de saúde sexual e reprodutiva e prevenção da gravidez precoce especialmente a menores de 18 anos, falando sobre os riscos dessa gravidez, bem como o aborto e o planejamento familiar; (outra redação: Ampliar programas de planejamento familiar e prevenção da gravidez precoce garantindo e ampliando também a distribuição de preservativos em postos de saúde); ou (outra redação: ... prevenção da gravidez precoce e DST com divulgação nos meios de comunicação com maior freqüência); ou outra redação: prevenção da gravidez precoce, de forma transversal); (há proposta de supressão SC)
6. Garantir a destinação de recursos para a Secretaria Nacional Anti-Drogas e criar mecanismos de fiscalização pública desses recursos; (outra redação: ...anti-drogas e acessibilidade dos estados e municípios na execução dos programas dessa secretaria); (há proposta de RO e SC para excluir)
7. Promover atividades instrutivas preventivas desportivas, culturais, religiosas, sociais para a comunidade jovem, criando-se o Dia Nacional de

combate a AIDS; ou (outra redação: .. para a comunidade jovem, envolvendo também familiares); (há proposta de supressão SC)

8. **Enfatizar, no currículo dos profissionais de saúde e da educação, a formação e estrutura psicológica sobre sexualidade e com o uso e abuso de substâncias entorpecentes e drogas, especialmente do jovem, reforçando a estrutura emocional destes atores; (outra redação: Acrescentar na matriz curricular dos profissionais de saúde, uma perspectiva multiprofissional, conteúdos que enfatizem a sexualidade, o uso de entorpecentes e drogas); (há proposta de supressão SC);**
9. **Capacitar e estimular os profissionais de saúde, e educação em uma perspectiva multiprofissional, para lidar com o uso e abuso de substâncias entorpecentes e drogas e sexualidade dos jovens (a identificar a ingestão abusiva e dependência do álcool e outras substâncias entorpecentes e drogas, em vez de diagnosticarem apenas doenças clínicas decorrentes, que são de ocorrência tardia);**
10. **Estimular os professores e profissionais de saúde a identificar a ingestão abusiva e a dependência de álcool, em vez de diagnosticarem apenas as doenças clínicas decorrentes, que são de ocorrência tardia; ou (outra redação: Capacitar os professores e profissionais de saúde a identificar a ingestão abusiva e a dependência do álcool, encaminhando-o para tratamento específico);**
11. **Valorizar e fortalecer através de fundos de apoio e articulação conjunta as parcerias ~~as parcerias~~ com as igrejas, associações, organizações não governamentais na abordagem das questões de sexualidade, violência de gênero, direitos sexuais e direitos reprodutivos e uso de substâncias entorpecentes e drogas lícitas e ilícitas entre os jovens;**
12. **Rever a legislação sobre bebidas alcoólicas e inserir a cerveja nesta relação, restringindo a propaganda das mesmas (coibindo completamente a propaganda) em horário nobre qualquer horário, garantindo maior rigidez na fiscalização e no consumo;**
13. **Inserir, nos rótulos das bebidas alcoólicas e dos cigarros, principalmente a cerveja ~~principalmente a cerveja~~, uma tarja de advertência com o tamanho de 3x3 cm, com imagens mostrando casos reais alertando ~~alertando~~ sobre os males do consumo excessivo de álcool e do cigarro e dentro dela uma frase que incentiva o não uso do álcool;**
14. **Considerar a veiculação de campanhas educativas e de contrapropaganda a respeito do álcool como droga e como problema de saúde pública, em horário integral;**

15. Rever (inserir) na legislação uma sanção maior sobre o consumo de a respeito do usuário de ~~a respeito do usuário de~~ substâncias entorpecentes e de drogas; (há proposta de supressão SC)
16. Articular as instâncias de saúde e justiça ~~as instâncias de saúde e justiça (a sociedade civil, as instâncias de saúde, justiça e políticas)~~ juntamente com as organizações não governamentais da área no enfrentamento das questões sociais que fomentam o uso de substâncias psicoativas, garantindo o tratamento do usuário de drogas dando assistência psico-social para recuperação do usuário; (há proposta de supressão PA)
17. Estimular estratégias de profissionalização, de apoio à família e de inserção social dos usuários de drogas durante o tratamento;
18. Adotar, em ambientes destinados ao público jovem especialmente no ambiente escolar, medidas mais efetivas contra o comércio de drogas lícitas e ilícitas como por ex. a patrulha escolar com um efetivo para cada escola como forma de coerção à violência e de proteção aos jovens; (há proposta de supressão SC)
19. Tornar mais rígida a restrição do uso de esteróides anabolizantes, mediante rigorosa fiscalização permitindo-se o seu uso sob rigoroso controle médico e com o auxílio dos conselhos de classe ligados a área;
20. Traçar estratégias de enfrentamento que contemplem as vulnerabilidades individuais; (há proposta de exclusão RO)
21. Rever a legislação trabalhista que permite dispensa por justa causa do empregado por embriaguez habitual;
22. Garantir e Aumentar a tributação sobre as drogas lícitas, revertendo a arrecadação para programas de combate ao uso de todas as drogas; intensificando as propagandas contra o tabaco; (há proposta de retirar GO)
23. Desenvolver projetos que valorizem a cultura da periferia, com acompanhamento de agentes comunitários onde os jovens são mais vulneráveis à criminalidade e ao tráfico;
24. Instituir programas públicos que beneficiem os jovens infratores em sua recuperação; (outra redação: aumentar os recursos para a política pública de redução de danos);
25. Implementar e garantir um serviço público de informação por telefone, 0800 e pela internet que possibilite aos jovens se informarem sobre saúde, sexualidade e dependência química;
26. Disponibilizar (implementar), no Sistema Único de Saúde, os exames e tratamentos de HIV e DST, informando aos jovens sobre os mesmos por

meio de campanhas de prevenção; (outra redação: Disponibilizar e orientar a população sobre os exames oferecidos pelo Sistema Único de Saúde); (outra redação: que vinculem o uso de camisinha ao prazer; aumentar o número de distribuição de preservativos por pessoa nas unidades de saúde, sem restrições de idade, sexo, raça/etnia);

27. **Garantir que o jovem não seja exposto a substâncias e produtos tóxicos e situações insalubres que possam causar danos à sua saúde, a pequeno, médio e longos prazos;** (há proposta de supressão SC e PA)
28. **Conscientizar o jovem sobre sua sexualidade;** (proposta de exclusão RO e PA)
29. **Criar e efetivar programas que amparem os jovens, vítimas de abuso sexual e violência doméstica nos órgãos municipais, estaduais e federal;** (há proposta de supressão SC)
30. Criar um fundo para prevenção e tratamento de dependentes químicos com recursos oriundos de impostos sobre bebidas alcóolicas e cigarros;
31. Garantir vagas para a juventude dentro dos conselhos de saúde em todos os níveis, federal, estadual e municipal, adequando esta participação a realidade local;
32. Capacitação dos agentes de saúde e de outros profissionais da rede de saúde sobre questões de geração, gênero, etnia e orientação sexual;
33. Contratar e capacitar jovens para desenvolver oficinas de educação de pares (jovens para jovens) sobre sexualidade;
34. Implantar programas interministeriais de fiscalização das condições de saúde do jovem trabalhador nas empresas não só enquanto trabalha, mas também quando deixa a empresa;
35. Promover seminários de saúde integral nas comunidades com a participação das secretarias de saúde do estado, do município e do Governo Federal;
36. Oferecer cursos profissionalizantes, esporte e lazer para ocupar os jovens e para que não se envolvam com drogas, violência e consumo de álcool;
37. Firmar parcerias com Universidades Estaduais e Federais para garantir o atendimento preventivo evitando a dependência química do jovem que se envolveu com drogas ou está em situação de risco;
38. Ampliação dos Conselhos de Saúde tendo assento assegurado para o jovem tratar de questões pertinentes a este seguimento;
39. Aumento da verba aos programas de assistência a saúde e DST/AIDS destinados a juventude;

40. Fazer cumprir a resolução da 3ª Conferência de Saúde Mental e da 12ª Conferência de Saúde, que define a implementação dos CAPS (Centro de Atendimento Psico-social);
41. Cobrar do Conselho Estadual e Municipal de Saúde uma política preventiva e de assistência aos jovens com problemas de dependência química ou em estado de risco;
42. Fomentar a participação dos jovens, como agentes multiplicadores, em Programas de Educação Continuada referentes a problemas de saúde pública;
43. Controlar e fiscalizar de forma rígida a compra de medicamentos sem prescrição médica, principalmente pelo jovem;
44. Apoiar a implantação de Norma Técnica do Ministério da Saúde, que orienta a Rede Pública, por meio do SUS, a proceder ao atendimento das vítimas de violência sexual, incluindo a realização do aborto nos casos previstos em lei risco de vida da mulher e gravidez resultante de estupro;
45. Defender a implementação de programas e serviços de atenção à saúde das mulheres negras, indígenas, jovens, com deficiências e com HIV/AIDS, capacitando gestores/as e profissionais da área;
46. Desenvolvimento de programas preventivos de educação sexual voltados para as jovens mulheres com informação sobre métodos contraceptivos e sobre diversos tipos de atendimentos possibilitando-lhes a escolha livre e consciente, o acesso ao atendimento escolhido, e garantindo-se acompanhamento adequado nos casos de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis;
47. Proibir a venda de bebidas alcoólicas em postos de gasolina;
48. Participar da discussão e exigir a destinação adequada de recursos para subsidiar ações de saúde voltadas à população jovem e também garantindo recursos para a secretaria anti-drogas;
49. Promover plano de políticas públicas para os jovens nos municípios, através de audiências públicas. Para discutir a importância da política na vida do jovem;
50. Criar centros públicos de atendimento ao usuário dependente de drogas;
51. A criação de mais unidades de ensino médio e universidades públicas, gratuitas e de qualidade;
52. Enfatizar e apoiar o trabalho em conjunto (escola, família, comunidade como um todo) para a prevenção dos agravos da maioria dos jovens e ampliando programas de saúde reprodutiva e prevenção da gravidez precoce;
53. Enfatizar nos currículos dos profissionais de saúde capacitando-os em uma perspectiva multiprofissional para lidar com o uso e abuso de substâncias entorpecentes e drogas e também abrangendo a sexualidade, especialmente do

- jovem, reforçando a estrutura emocional destes atores;
54. Promover discussão sobre questões voltadas à saúde sexual e reprodutivas dos jovens e adolescentes
 55. Capacitar técnicos para atender melhor a demanda dos jovens com uma linguagem de fácil entendimento;
 56. Estimular todos projetos e programas voltados para o jovem;
 57. Promover campanhas de esclarecimentos sobre o HIV;
 58. Acompanhamento psicológico e orientação para os/as jovens gays, lésbicas e transexuais;
 59. Destinar recursos para programas de esclarecimentos sobre a saúde sexual e reprodutiva;
 60. Melhorar o atendimento na rede pública de saúde e investir na qualificação dos profissionais de saúde;
 61. Necessidade de um atendimento diferenciado que atenda as necessidades e demandas do adolescente e do jovem, levando em conta horário, equipe preparada, abordagem diferenciada e adequada a esse público alvo;
 62. Acesso e garantia ao posto de saúde;
 63. Os jovens e adolescentes devem ter formação sobre os programas de saúde em geral (envolvendo questões tais como: planejamento familiar, DST, pré-natal, preservativo, crescimento e desenvolvimento saudável dos jovens e adolescentes) em parceria com escola, igrejas, movimentos sociais, ONGs, universidade, sociedade civil, etc;
 64. Trabalho multidisciplinar para acompanhar jovem ou adolescente englobando profissional;
 65. Deve ser trabalhada também a saúde mental do jovem;
 66. Inclusão do jovem com deficiência em todos os programas de atenção integral à saúde do adolescente e do jovem;
 67. Trabalhar a cultura da paz (violência urbana faz ocultar violência de casa);
 68. Garantir a cada jovem e adolescente sem discriminações de nenhuma espécie o exercício da sexualidade segura e responsável;
 69. Garantir política de prevenção ao uso de droga e entorpecentes. E a criação de grupos anônimos que realizem trabalho integrado a reabilitação desses jovens na reintegração à sociedade sem discriminação de qualquer espécie;
 70. Enfatizar educação sexual jovem;
 71. Apoiar jovens e adolescentes grávidas, criando espaço para discussão como se deve cuidar do bebê;

72. Investir no tratamento de jovens e nas doenças mais encontradas nessa faixa etária;
73. Incentivar políticas que visam tratamento digno aos jovens portadores de HIV sem discriminação de qualquer tipo, inclusive em relação a orientação sexual;
74. Pesquisar doenças mais encontradas entre jovens a fim de buscar tratamento diferenciado para esse público alvo;
75. Garantir à jovens mulheres palestras educativas para o uso de preservativo feminino;
76. Garantir a divulgação da política de redução de danos;
77. Ampliar os programas para a juventude sobre planejamento familiar;
78. Garantir o atendimento para jovens portadores de deficiência física ou psicológica;
79. Promover atendimento médico, psicológico e jurídico nos casos de violação dos seus direitos sexuais e reprodutivos;
80. Implantar serviços específicos multidisciplinar e humanizado para o atendimento emergencial nos casos de abortamento;
81. Garantir o atendimento específico, qualificado e humanizado em casos de vítimas de violência sexual;
82. Garantir o acesso a contraceptivo de emergência sem precisar marcar consulta médica e sem restrição de idade, em todas as unidades de saúde dos bairros;
83. Garantir no SUS, os exames DST e anti-HIV informando aos jovens por meio de campanhas preventivas;
84. Garantir que o/a jovem rural não esteja exposto a substâncias e produtos tóxicos que possam causar danos a sua saúde a pequeno, médio e longo prazo;
85. Implementar a política de combate ao abuso e exploração sexual para crianças, jovens e adolescentes e criar programas que ampare os jovens, vítimas de abuso sexual;
86. Garantia efetiva de equipe técnica multiprofissional na sala de aula para trabalhar as problemáticas da população juvenil (dst, drogas, gravidez precoce, alcoolismo, tabagismo);
87. Maior fiscalização do poder público nos programas de televisão que incentivam a perniciosidade (horário nobre);
88. Ampliar campanhas sócio-educativas sobre a violência no trânsito e prevenção do uso de álcool;

89. Estimular a formação de grupos de auto-ajuda para discussão da problemática juvenil sobre a coordenação de um técnico;
90. Criar programas de educação alimentar;
91. Desenvolver dentro dos Programas Saúde da Família e Agentes Comunitários, ações focadas nas DSTs e AIDS, voltadas para a juventude rural;
92. Equipar laboratórios do SUS nas capitais, de forma que possam elaborar exames periódicos sobre o grau de contaminação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que manuseiam agrotóxicos;
93. Que o SUS elabore em todos os estados da federação, um diagnóstico e estudos de casos de contaminação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais pelo manuseio e uso de agrotóxicos;
94. Intensificar a fiscalização em relação à destinação final dos vasilhames de agrotóxicos, conforme determina a Lei. Para tanto, os (as) agentes de saúde devem capacitar os trabalhadores rurais para que estes se conscientizem sobre essa lei;
95. Realizar campanha nacional direcionada aos agricultores e agricultoras familiares, que oriente sobre o manuseio e a destinação final dos vasilhames de agrotóxicos, bem como sobre a exposição à radiação solar;
96. Desenvolver políticas públicas que resgate e incentive o uso da medicina alternativa e fitoterápica;
97. Realizar pesquisa no meio rural para levantar dados sobre a utilização de drogas ilícitas e lícitas e suas conseqüências na vida da juventude;
98. Que o direito fundamental à saúde seja incluído no PSF(Programa de Saúde da Família), dando apoio aos usuários de álcool e drogas;
99. Proibir vendas de bebidas alcoólicas em postos de gasolina;
100. Ter a escola como o principal elo de informação ao jovem sobre questões relacionadas a saúde integral do jovem;
101. Aumentar a distribuição de camisinhas;

O RGS MANDOU EXTENSO MATERIAL SOBRE DROGAS PARA O PNJ E APRESENTOU NOVAS PROPOSTAS PARA A SAÚDE EM 22 ITENS:

1. Criar Conselhos de Juventude em todas as instâncias de governo (Municipal, Estadual e Nacional), garantindo a participação juvenil, na elaboração e implementação de políticas públicas na área de saúde, bem como nos espaços

já existentes, como nos Conselhos de Saúde nos âmbitos Federal, estadual e municipal;

2. Ampliar o horário das Unidades Básicas de Saúde – UBS's, a fim de recepcionar com mais amplitude a população jovem;
3. Ampliar o número de UBS's nos quilombos e zonas rurais, a fim de contemplar e informar os(as) jovens residentes nessas áreas;
4. Garantir a atenção integral às Comunidades Quilombolas e Indígenas, através da implementação de “Programa de Saúde da Família” nessas áreas, formados por equipes multidisciplinares com capacitação e qualificação profissional para lidar com a saúde da população negra e indígena jovem;
5. Enfatizar e efetivar o trabalho conjunto com escolas, universidades, famílias, associações comunitárias e comunidade em geral, a fim de ampliar para toda a sociedade políticas de promoção de saúde e prevenção de agravos à saúde dos jovens;
6. Estabelecer que parte da verba destinada à saúde seja para a população jovem, de acordo com a porcentagem desta no país;
7. Aplicar e ampliar estratégias de saúde reprodutiva a prevenção da gravidez precoce, respeitando orientação sexual e gênero;
8. Descriminalização do aborto, através da sua legalização e regulamentação;
9. Capacitação dos profissionais de saúde, de todas as áreas, professores e agentes comunitários, a fim de transversalizar informações de temas como drogadição, DST e AIDS, Anemia Falciforme, Diabetes, Hipertensão Arterial,etc;
10. Estimular parcerias com terreiros de religiões de matriz africanas e demais instituições religiosas, associações e organizações não governamentais na abordagem das questões de orientação sexual, sexualidade, uso de substâncias entorpecentes e drogas entre as(os) jovens;
11. Rever legislação sobre bebidas alcoólicas, inserindo a cerveja nesta relação, bem como colocar nos rótulos destas uma tarja de advertência alertando sobre os males causados pelo consumo (excessivo) de álcool;
12. Incentivar a veiculação de campanhas de educação no trânsito paralelamente com a contrapropaganda a respeito do álcool como droga e como causa de morte de jovens envolvidos em acidentes de trânsito;
13. Intensificar campanhas nacionais de informação e educação para a prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas nos espaços urbanos, rurais, aldeias e quilombos;

14. Adotar, no ambiente escolar, medidas informativas e de proteção sobre o consumo de álcool, substâncias psicoativas e drogas;
15. Destinar verbas para a criação de estratégias de profissionalização, apoio à família e reinserção social das(os) jovens infratora(es) e usuárias (os) de drogas marginalizadas(os) e em situação de vulnerabilidade;
16. Aumentar a tributação sobre as drogas lícitas a fim de reverter a arrecadação de impostos para programas de informação e educação para a prevenção ao uso de todo o tipo de drogas;
17. Capacitar jovens moradores(as) de periferia para a criação de projetos que respeitem a sua identidade étnica e diversidade cultural;
18. Incentivar e financiar projetos de jovens moradores da periferia, como por exemplo, de etno-sustentabilidade a fim de valorizarem a sua cultura, considerando que estes(as) estão mais suscetíveis ao uso de substâncias psicoativas, drogas, DST e AIDS, tráfico e marginalização;
19. Solicitar ao Ministério da Saúde que sejam feitas campanhas regulares de prevenção sobre DST e AIDS direcionadas à população jovem, ou seja, em linguagem acessível a este público;
20. Garantir a atenção básica à saúde das jovens, principalmente negras, com HIV/AIDS, anemia falciforme, diabetes, hipertensão arterial, tanto no meio urbano quanto no rural, inclusive os quilombos e aldeias durante os períodos pré, peri e pós-natal, a fim de reduzir a mortalidade materna e infantil;
21. Criar um programa de atendimento e acolhimento para jovens, principalmente negras, vítimas de violência doméstica, a fim de evitar agravos à saúde destas;
22. Implantação de centros de referência para a atenção a casos de violência no SUS, com a inclusão das diferentes formas de violência vivenciadas pela população jovem de negra/os, homossexuais, profissionais do sexo, PPD's e PNE's e jovens que fazem aborto ou abortamento incompleto.